

Atitudes Maternas Diferenciais para com Meninos e Meninas de Quatro e Cinco Anos

Ebenézer A. de Oliveira^{1 2}

Giana B. Frizzo

Angela H. Marin

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

Foram examinados os efeitos do sexo e da idade da criança pré-escolar sobre três atitudes maternas consideradas psicopatogênicas na literatura: irritabilidade, rejeição e intrusão. A amostra contou com 53 mães e suas crianças pré-escolares de 51 a 70 meses de idade, de níveis sócio-econômicos (NSE) médio e baixo. As mães preencheram uma versão em Português do *Parent Attitude Research Instrument-PARI*. Correlações de ordem zero e regressões múltiplas indicaram que as mães tendem a relatar menor irritabilidade e rejeição quanto maior for a idade da criança; contudo, o mesmo não ocorreu para a intrusão materna. Independentemente da idade da criança, as mães dos meninos relataram maior intrusão do que as mães das meninas. Esses resultados se mantiveram mesmo após a inclusão do NSE na equação de regressão. Análises bivariadas também mostraram uma tendência marginal para as mães dos meninos relatarem maior rejeição do que as mães das meninas. Os resultados são discutidos à luz da literatura vigente sobre a socialização da criança pré-escolar, ressaltando elementos cognitivos e interacionais.

Palavras-chave: Irritabilidade; rejeição; intrusão; socialização.

Differential Maternal Attitudes toward Four- and Five-Year-Old Boys and Girls

Abstract

This study examined the effects of the preschool child's sex and age on three maternal attitudes regarded as pathogenic in the literature: Irritability, rejection, and intrusion. The sample had 53 mothers and their preschool children from 51 through 70 months of age, of both middle and low socioeconomic statuses (SES). The mothers filled out a Portuguese version of the Parent Attitude Research Instrument-PARI. Zero-order correlations and multiple regressions indicated that the older the child, the lower the levels of irritability and rejection reported by the mother; however, the same did not happen to maternal intrusion. Regardless of the child's age, the mothers of boys reported higher intrusion than the mothers of girls. These results held even after introducing SES in the regression equation. Bivariate analyses also showed a marginal trend for the mothers of boys to report higher rejection than the mothers of girls. These results are discussed in light of the current literature on the preschool child's socialization, stressing both cognitive and interactional elements.

Keywords: Irritability; rejection; intrusion; socialization.

O estudo das atitudes maternas tem interessado a psicanalistas, comportamentalistas e cognitivistas ao longo da história (Holden & Edwards, 1989; Sigel, 1992). Mas foi com o advento da teoria da aprendizagem social, na Universidade de Yale, na década de 1930, que elementos dessas três correntes psicológicas convergiram para uma investigação mais sistemática do papel das atitudes maternas na socialização da criança (Grusec, 1994; Maccoby, 1994).

¹ Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Santa Maria, Rua Floriano Peixoto, 1750, sala 309, 97015-372, Santa Maria, RS. Fone/Fax: (55) 2223444, Ramal 231. E-mail: ebe@ccsh.ufsm.br

² Uma versão parcial deste trabalho foi apresentada na LI Reunião Anual da SBPC, em Porto Alegre, RS. Pesquisa financiada pelo auxílio recém-doutor da FAPERGS ao primeiro autor (Processo 980082-1). Os autores agradecem às mães e crianças pela participação voluntária na pesquisa, bem como às diretoras dos centros de educação infantil Ipê Amarelo e Centenário, e do Centro Social Urbano de Santa Maria, pelo apoio no uso de suas instalações e no recrutamento dos participantes.

A psicanálise mantém que atitudes superprotetoras ou, no outro extremo, rejeitadoras, refletem ansiedade ou necessidades maternas não atendidas, que, uma vez transportadas para a relação mãe-criança, podem gerar insegurança e diversas psicopatologias na criança (Levy, 1931). Já os comportamentalistas preferem traduzir as atitudes maternas em termos de interações diretamente observáveis da mãe com a criança, em que aquela exerce o papel de professora desta (Maccoby, 1994). Patterson e colegas (Patterson, 1995; Patterson, Reid & Dishion, 1992), por exemplo, observaram que mães com uma atitude intrusiva treinavam seus filhos a reagir agressivamente, através de ciclos coercivos da ordem de 31% das interações mãe-criança registradas; ou seja, uma interação coerciva a cada três minutos. Finalmente, do cognitivismo advém o enfoque nas atitudes pessoais auto-relatadas das mães como uma maneira de se explicarem as práticas observáveis de socialização. Nas palavras de

Goodnow (1988), “enfocar apenas o comportamento significa desprezar o fato de que os pais são criaturas pensantes, que interpretam eventos, e cujas interpretações influenciam suas ações e sentimentos.” (p. 287)

A partir do interesse psicanalítico pelas motivações intrapsíquicas subjacentes à relação mãe-criança e aos transtornos psicológicos infantis, combinado ao rigor metodológico comportamentalista e à preocupação dos cognitivistas com as bases mentais da socialização, nasceu o primeiro grande empreendimento científico a explorar o papel das atitudes maternas no desenvolvimento social. Este foi registrado em *Patterns of Child Rearing*, por Sears, Maccoby e Levin (1957, citado em Grusec, 1994). Ao entrevistarem 379 mães, Sears e seus colaboradores buscaram demonstrar que as atitudes maternas influenciavam as práticas parentais, e, por meio dessas, a personalidade e o comportamento da criança em desenvolvimento. Contudo, os resultados desse estudo pioneiro pouco apoiaram as hipóteses iniciais. Faltava ainda uma clara conceituação das atitudes, que facilmente se confundiam com valores, práticas, ou auto-avaliações, e algumas limitações metodológicas—ex., uso de uma única fonte de informação para variáveis explicativas e critérios—suscitaram críticas e desconfianças quanto ao relevante papel das atitudes maternas na socialização (Grusec, 1994; Maccoby, 1994).

Embora ainda hoje pouco consenso exista em torno do que sejam as atitudes maternas, estas têm sido definidas como uma predisposição ou julgamento afetivo sobre a tarefa de criar filhos (*child-rearing*) (Holden & Edwards, 1989). Como tal, o construto reflete crenças e sentimentos sobre como uma mãe deve reagir ou proceder no desempenho do seu papel. Questionários de atitudes socialmente desejáveis geralmente apresentam maior erro de medição, pois as mães tendem a responder conforme presumem que se espera delas e, conseqüentemente, tais atitudes tendem a discriminar menos entre grupos clínicos e não-clínicos (Schaefer & Bell, 1958). Talvez por essa razão, nota-se, na literatura, uma preferência pelas atitudes socialmente menos consensuais, que podem refletir racionalizações de mães de crianças com um desenvolvimento atípico.

Uma atitude materna considerada psicopatogênica é a intrusão. Tipicamente, a mãe intrusiva julga que todas as ações e até os pensamentos dos seus filhos precisam ser monitorados de perto (Schaefer & Bell, 1958). Por conseguinte, ela tende a acompanhar cada passo da criança, reagindo com murmúrios, repreensões ou ameaças aos seus mínimos deslizes. A essa constelação de falas aversivas da mãe intrusiva, a criança responde com contra-ataques, e desse modo se estabelece uma

interação coerciva entre a mãe e a criança. Quando a troca verbal se acumula e se intensifica, a mãe finalmente desiste e se retrai, o que só vem a reforçar negativamente o ciclo coercivo (condicionamento de escape). Ou seja, por se mostrar eficaz na inibição do aversivo confronto, o comportamento coercivo da criança tenderá a se repetir, e, oportunamente, a se generalizar a outros contextos sociais, caracterizando uma personalidade agressiva da criança (Patterson, 1995; Patterson, DeBaryshe, & Ramsey, 1989).

Duas outras atitudes maternas associadas a problemas sócio-emocionais da criança são a irritabilidade e a rejeição do papel no lar. Essas atitudes tendem a se intercorrelacionar (Nogueira, 1988; Zuckerman, Ribback, Monashkin & Norton, Jr., 1958), e, juntas, representam o extremo oposto da intrusão. A mãe altamente irritável julga que a criação dos filhos é, por si, uma tarefa exasperante, capaz de “arruinar os nervos” de uma mulher. Já a mãe rejeitadora do papel de dona de casa encara os cuidados parentais e domésticos cotidianos com desprazer porque sente que esses cerceiam sua liberdade (Schaefer & Bell, 1958). Para ela, a ocupação com os filhos e com a rotina diária da casa é limitante. Essas atitudes podem se manifestar em práticas negligentes, inclusive ausência de supervisão e falta dos mínimos cuidados essenciais dos filhos, como higiene, alimentação, suporte emocional e estimulação verbal-cognitiva (Paget, 1997).

Quando a irritabilidade e a rejeição maternas acarretam negligência, a criança pré-escolar tem maior probabilidade de desenvolver baixos níveis de auto-estima e de engajamento social (Egeland, Sroufe & Erickson, 1983). Na idade escolar, ela apresenta mais dificuldades intelectuais e de linguagem, apatia e retração social, mesmo quando comparada com a criança abusada física ou sexualmente (Eckenrode, Laird & Doris, 1993; Paget, 1997).

Contudo, vale ressaltar que alguns cientistas e profissionais distinguem entre as práticas que caracterizam negligência e as omissões parentais devidas à simples falta de recursos ou condições sócio-econômicas para atender às necessidades da criança (Paget, 1997). O primeiro caso está mais provavelmente relacionado às atitudes em questão, e consiste em violação parental dos direitos da criança, enquanto que o último caso é um mal coletivo da sociedade, cujas estruturas dificultam o bom desempenho do papel parental.

Portanto, há evidência de que as atitudes de intrusão, irritabilidade e rejeição do papel no lar influenciam diferencialmente as práticas parentais, de modo a impor certa medida de risco no desenvolvimento social da

criança. Só recentemente, porém, a pesquisa psicológica passou a examinar as possíveis fontes de origem das atitudes maternas consideradas psicopatogênicas.

Uma possível fonte de origem das atitudes maternas é a própria cultura em que a mãe está inserida (Grusec, Hastings & Mammone, 1994). De acordo com Bronfenbrenner (1988), o projeto social para a criança de uma determinada cultura é mantido através de estruturas e padrões ideológicos comunicados por parentes e *experts*. Assim, o que se espera da criança a cada fase do seu desenvolvimento, os alvos valorizados, assim como as atitudes predominantes no ideal parental são estabelecidos culturalmente. Mas, como argumenta Goodnow (1985, citado em Grusec, Hastings & Mammone, 1994), as mães não são apenas receptores passivos de uma herança cultural; antes, elas constroem suas próprias atitudes e práticas. Há, pois, grande margem de variabilidade entre as mães de uma mesma cultura.

Boa parte dessa variabilidade pode ser explicada a partir de fatores da própria mãe. Por exemplo, há muito tempo se tem estabelecido empiricamente que a chance de desenvolver atitudes maternas psicopatogênicas cresce linearmente na medida que o nível sócio-econômico da mãe decresce (Holden & Edwards, 1989; Schaefer & Bell, 1958). Uma vez controlado o efeito do nível sócio-econômico, a idade da mãe se correlaciona positivamente com o nível de satisfação parental e negativamente com o tempo dedicado a atividades sociais longe dos filhos pequenos (Ragozin, Basham, Crnic, Greenberg & Robinson, 1983).

Pouco explorada na literatura, porém, é a contribuição da criança pequena para a variância das atitudes maternas, talvez porque a pesquisa científica da socialização ainda mantenha resquícios de uma causalidade unilateral, do adulto sobre a criança (Maccoby, 1994; ver também debate entre Lytton, 1990a, 1990b; Dodge, 1990; Wahler, 1990). Sem negar os prováveis efeitos das atitudes maternas sobre a criança, o presente estudo toma o sexo e a idade da criança como fatores antecedentes dessas mesmas atitudes.

Pesquisas anteriores já têm relatado diferenças em aspectos interativos mãe-criança, em função da idade e do sexo da criança pré-escolar. Sabe-se, por exemplo, que as mães norte-americanas de classe média tendem a requerer menos submissão passiva e a regular menos o comportamento da criança, na medida que a idade da criança aumenta (Gralinski & Kopp, 1993; Kuczynski & Kochanska, 1995). E, desde cedo, os meninos exibem mais falta de auto-regulação social, e, por isso, mais freqüentemente se tornam alvos de queixas maternas sobre indisciplina, do que as meninas (Campbell, 1995;

Crowther, Bond & Rolf, 1981). Se as reações sociais maternas podem variar assim com respeito à idade e ao sexo da criança, seria de se esperar que o mesmo ocorresse com as atitudes maternas. Pois demandas diferenciadas de cuidado e controle parentais entre os sexos e as idades da criança provavelmente refletem no julgamento afetivo que uma mãe assume sobre o seu papel. Presumivelmente, tais diferenças de atitude quanto ao sexo e à idade da criança cruzam os níveis sócio-econômicos, embora, como já foi dito, as atitudes maternas psicopatogênicas tendam a se acentuar em camadas sociais mais baixas.

Cinco hipóteses foram testadas no presente estudo. A primeira hipótese concerne à correlação positiva encontrada por Zuckerman e colegas (1958) numa amostra norte-americana, e por Nogueira (1988) numa amostra do Rio de Janeiro, entre irritabilidade e rejeição do papel no lar. Segundo esses pesquisadores, a mãe que percebe a tarefa parental como altamente irritável também tende a rejeitar as responsabilidades parentais e domésticas em geral. A primeira hipótese previu a replicação desses resultados. Em segundo lugar, hipotetizou-se que cada uma das atitudes maternas (irritabilidade, rejeição e intrusão) poderia ser explicada em função do sexo e da idade da criança. A terceira hipótese foi que a idade da criança se correlacionaria negativamente com os índices de irritabilidade, rejeição e intrusão maternas. A quarta hipótese previu que as mães dos meninos relatariam maior irritabilidade, rejeição e intrusão, relativamente às mães das meninas participantes. A quinta hipótese foi que os resultados das hipóteses terceira e quarta se manteriam mesmo após a entrada do nível sócio-econômico dos participantes, como covariável, na equação de regressão, ainda que essa entrada pudesse aumentar a proporção da variância da atitude materna explicada pelo modelo.

Método

Participantes

Participaram do estudo 23 meninos e 30 meninas, de 4 anos e 3 meses a 5 anos e 10 meses de idade (média = 4 anos e 11 meses), e suas respectivas mães. Essa amostra representa aproximadamente 90% de uma amostra-alvo, ora em fase de seleção para participar de um projeto de pesquisa mais amplo. O recrutamento ocorreu através de reuniões, cartas e contatos telefônicos, por intermédio de dois centros de educação infantil particulares (74% da amostra) e de um centro social da Prefeitura Municipal de Santa Maria (26% da amostra).

A constituição sócio-econômica da amostra foi heterogênea, mas predominantemente de classe média, com 47% das mães informando ter uma renda familiar

superior a dez salários mínimos, enquanto 17% relataram ter uma renda familiar inferior a três salários mínimos. A maioria das mães (79%) informaram ser casadas e trabalhar fora de casa, com uma jornada de trabalho modal (49%) entre 21 e 40 horas semanais. Os níveis de instrução mais típicos das mães participantes eram o terceiro grau completo (30%) e o primeiro grau incompleto (25%).

Procedimentos e Medidas

Os dados de cada díade participante foram coletados numa única visita ao centro de educação infantil ou centro social regularmente freqüentado pela criança. A cada visita, coletaram-se os dados de uma a três díades. Além de fornecerem dados demográficos sobre si e a criança, inclusive o sexo e a idade da criança, cada mãe completou uma versão em Português do instrumento original *Parental Attitude Research Instrument-PARI* (Schaefer & Bell, 1958). Traduzida pelo primeiro autor, esta versão buscou ser fiel ao conteúdo dos itens, mas modificou as instruções iniciais para torná-las mais compreensíveis, e ampliou a escala tipo *Likert* para cinco pontos. Por refletirem atitudes consideradas psicopatogênicas na literatura, somente as sub-escalas de Irritabilidade, Rejeição do Papel no Lar e Intrusão foram usadas no presente estudo. Uma assistente cega para os objetivos da pesquisa leu os itens e as opções de resposta, e esclareceu eventuais dúvidas, para as mães com dificuldade de leitura ou compreensão (26%), enquanto que as outras mães dispensaram tal ajuda.

Ao contrário de muitos instrumentos similares, o PARI foi construído a partir de uma criteriosa análise dos itens de diversas entrevistas estruturadas (Schaefer & Bell, 1958). O Anexo A mostra as instruções e os itens das sub-escalas utilizadas. Usando a terceira pessoa (“uma mãe”), os itens expressam chavões ou juízos genéricos, em vez de focar situações específicas. Em sua rigorosa revisão crítica de diversas medidas de atitudes maternas, Holden e Edwards (1989) indicam que o PARI é o único instrumento cuja estrutura fatorial se mantém inalterada em múltiplos estudos.

Numa amostra de 250 mães universitárias brasileiras, Nogueira (1988) examinou as propriedades psicométricas da tradução para o Português de uma versão revisada canadense do PARI. No que concerne às sub-escalas correspondentes às do presente estudo, foram relatados os seguintes índices de fidedignidade teste-reteste (correlação de Pearson): Irritabilidade= 0,67; Rejeição= 0,37; Intrusão= 0,39. Embora estatisticamente significantes, os dois últimos índices parecem menos satisfatórios que o primeiro, considerando-se a suposta estabilidade das atitudes maternas (Pearson, 1931) e o intervalo de apenas uma semana entre as medições desse estudo.

Na presente amostra, foram obtidos os seguintes índices alfas de Cronbach da tradução para o Português do instrumento original: Irritabilidade= 0,60; Rejeição= 0,69; Intrusão= 0,78. Esses valores são bem próximos daqueles obtidos originalmente por Schaefer e Bell (1958), em várias amostras de transvalidação (*crossvalidation*) norte-americanas. Considerando-se o pequeno tamanho das sub-escalas, pode-se dizer que suas consistências internas são bem razoáveis.

As hipóteses foram testadas estatisticamente através de correlações bivariadas e de uma série de análises de regressão múltipla hierárquica, com 2 passos. Primeiramente, cada atitude materna foi regredida sobre a idade (codificada em meses) e o sexo da criança (masculino= 0; feminino= 1). A seguir, cada atitude materna foi regredida sobre o conjunto de variáveis explicativas, incluindo-se o Nível Sócio-Econômico (NSE; 0= creche pública; 1= creche particular). Foi adotado um alfa de 0,05 em todos os testes de significância.

Resultados

Os dados descritivos das atitudes maternas são apresentados na Tabela 1, e indicam uma distribuição relativamente normal. A Tabela 2 mostra as correlações bivariadas das variáveis dos modelos explicativos preconizados no estudo.

Tabela 1. Estatísticas Descritivas das Atitudes de Irritabilidade, Rejeição e Intrusão (N=53)

Variável	Média	dp	Inclinação	Curtose	Mínimo	Máximo
Irritabilidade	15,21	4,47	0,24	-0,48	6	24
Rejeição	14,64	5,03	0,27	-0,75	6	25
Intrusão	16,91	5,22	-0,15	-0,92	6	25

Tabela 2. Matriz das Correlações Bivariadas de Pearson (N=53)

	1	2	3	4	5
1. Irritabilidade	—				
2. Rejeição	0,493**	—			
3. Intrusão	0,064	0,192	—		
4. Idade da Criança	- 0,354*	- 0,341*	- 0,057	—	
5. Sexo da Criança	- 0,058	- 0,227†	- 0,447**	0,198	—

Nota. † $p = 0,10$; * $p = 0,01$; ** $p < 0,001$

Conforme previsto na primeira hipótese, as atitudes maternas de irritabilidade e de rejeição se correlacionaram positivamente entre si, $r = 0,49$; $p < 0,001$, replicando os resultados dos estudos de Zuckerman, Ribback, Monashkin e Norton Jr. (1958) e de Nogueira (1988). A falta de correlação significativa entre o sexo e a idade da criança é indicativa de uma distribuição equivalente das idades entre os grupos masculino e feminino, e sugere ortogonalidade para os modelos subsequentemente adotados nas análises de regressão múltipla.

A segunda hipótese foi confirmada pelas análises de regressão múltipla. O modelo explicativo da irritabilidade materna foi estatisticamente significativo, $F(2,50) = 3,596$; $p < 0,05$. As variáveis explicativas deram conta de 13% da variância da irritabilidade materna (ver Passo 1 da Tabela 3). O mesmo ocorreu para os modelos de rejeição e intrusão, com os respectivos valores do teste de Fisher

iguais a 4,185; $p < 0,05$ e 6,305; $p < 0,01$. Os valores de R^2 foram 0,14 e 0,20 para os modelos de rejeição e de intrusão, respectivamente (ver Passo 1 das Tabelas 4 e 5).

As hipóteses terceira e quarta foram parcialmente confirmadas. As Tabelas 3 a 5 (Passo 1) mostram as contribuições de cada variável explicativa dos modelos de regressão linear. A idade da criança apresentou uma correlação negativa significativa e moderada com as atitudes maternas de irritabilidade e de rejeição, mas não de intrusão. Esses dados foram consistentes nas análises bivariadas (ver Tabela 2) e de regressão múltipla (ver Passo 1 nas Tabelas 3 e 4). De fato, os valores permaneceram quase inalterados entre as duas formas de análise (comparar os coeficientes *betas* padronizados do Passo 1 das Tabelas 3 e 4 com os respectivos *r*'s de Pearson da Tabela 2).

Tabela 3. Regressões Hierárquicas: Irritabilidade Materna em Função da Idade e do Sexo da Criança, sem e com o Nível Sócio-Econômico dos Participantes (N=53; $g=2$)

Variável	B	Erro Padrão	β	t	R ²
Passo 1					0,13
Pt. de Interseção	32,112	6,366	0,000	5,044***	
Sexo	0,112	1,206	0,012	0,093	
Idade	-0,288	0,109	-0,357	-2,645**	
Passo 2					0,26
Pt. de Interseção	33,357	5,916	0,000	5,638***	
NSE	-3,993	1,318	-0,397	-3,029**	
Sexo	0,885	1,147	0,099	0,772	
Idade	-0,211	0,104	-2,025	-2,025*	

Nota. * $p < 0,05$; ** $p \leq 0,01$; *** $p < 0,001$

Tabela 4. Regressões Hierárquicas: Rejeição Materna em Função da Idade e do Sexo da Criança, sem e com o Nível Sócio-Econômico dos Participantes ($N=53$; $g=2$)

Variável	B	Erro Padrão	β	t	R ²
Passo 1					0,14
Pt. de Interseção	33,634	7,081	0,000	4,750**	
Sexo	-1,670	1,342	-0,166	-1,245	
Idade	-0,279	0,121	-0,309	-2,313*	
Passo 2					0,14
Pt. de Interseção	33,761	7,166	0,000	4,711**	
NSE	-0,407	1,597	-0,036	-0,256	
Sexo	-1,591	1,389	-0,158	-1,145	
Idade	-0,272	0,126	-0,300	-2,159*	

Nota. * $p < 0,05$; ** $p < 0,001$

Quanto à contribuição singular do sexo da criança, novamente, houve suporte parcial dos dados. Conforme previsto na quarta hipótese, as mães de crianças do sexo masculino relataram maiores níveis de intrusão do que as mães de crianças do sexo feminino, com base tanto na análise correlacional de ordem zero (ver Tabela 2) como na análise de regressão múltipla (ver Passo 1 na Tabela 5). Ou seja, uma vez controlado o efeito da idade da criança, o efeito do sexo da criança sobre a intrusão materna permaneceu o mesmo.

atitude materna de irritabilidade, não houve indicação de efeito do sexo da criança.

Finalmente, conforme previsto pela quinta hipótese, a introdução da covariável NSE na equação de regressão não alterou significativamente os resultados previamente obtidos quanto às hipóteses terceira e quarta. Como indicam as Tabelas 3 a 5, todas as variáveis explicativas com efeitos significantes no primeiro passo da análise, mantiveram-se significantes no segundo passo; e o valor de R² cresceu no Passo 2 com relação ao Passo 1, nas

Tabela 5. Regressões Hierárquicas: Intrusão Materna em Função da Idade e do Sexo da Criança, sem e com o Nível Sócio-Econômico dos Participantes ($N=53$; $g=2$)

Variável	B	Erro Padrão	β	t	R ²
Passo 1					0,20
Pt. de Interseção	21,877	7,104	0,000	3,080*	
Sexo	-4,740	1,346	-0,454	-3,522**	
Idade	0,031	0,121	0,033	0,254	
Passo 2					0,40
Pt. de Interseção	23,605	6,255	0,000	3,774**	
NSE	-5,540	1,394	-0,472	-3,975**	
Sexo	-3,667	1,213	-0,351	-3,024*	
Idade	0,138	0,109	0,146	1,254	

Nota. * $p < 0,01$; ** $p < 0,001$

A Tabela 2 mostra que houve ainda uma tendência marginal para as mães de meninos relatarem mais rejeição do que as mães de meninas, $r = -0,227$; $p = 0,10$. Contudo, além de não ser significativa, essa tendência diminuiu quando o efeito da idade da criança foi levado em conta na análise de regressão múltipla (ver Passo 1 na Tabela 4). Para a

equações de irritabilidade e de intrusão, mas não de rejeição. Nota-se ainda que, em comparação com as mães de NSE médio, as mães com um NSE baixo tenderam a apresentar maiores índices de irritabilidade e intrusão, porém não de rejeição do papel no lar.

Discussão

Os dados relatados indicam que as mães de crianças pré-escolares tendem a desenvolver atitudes auto-percebidas diferencialmente para com meninos e meninas, e para com crianças de ambos os sexos com idades diversas, independentemente no nível sócio-econômico. Contudo, das atitudes investigadas, nenhuma apresentou consistentemente uma relação simultânea com a idade e o sexo da criança.

As atitudes de irritabilidade e rejeição merecem primazia na discussão, pois os resultados deste estudo reiteram prévios relatos (Nogueira, 1988; Zuckerman, Ribback, Monashkin & Norton, 1958) de uma moderada correlação positiva entre essas duas atitudes maternas. Na medida que a mãe considera o papel parental como gerador de irritação ou abalo emocional, é natural que ela também sinta certa rejeição pelas responsabilidades domésticas em geral, que incluem mas não se restringem ao papel parental. Obviamente, é também plausível que a rejeição do papel no lar leve a mulher a encarar a tarefa de criação dos filhos como uma ameaça ao seu bem-estar e equilíbrio emocional. A bidirecionalidade entre estas atitudes maternas é, portanto, teoricamente aceitável.

Além de sugerir uma covariância entre a irritabilidade e a rejeição maternas, os resultados também indicam que os níveis auto-relatados dessas atitudes decrescem na medida que a criança avança em idade. Essa tendência parece não depender do sexo da criança; ou seja, as mães de meninos e meninas apresentam uma significativa queda nos níveis de irritabilidade e rejeição proporcional ao aumento da idade da criança. Certa cautela é cabível quanto a essa conclusão, todavia, pois não se empregou no presente estudo um acompanhamento longitudinal das atitudes das mães participantes, e, portanto, existe a possibilidade da influência de outras variáveis que poderiam estar associadas às diferentes idades das crianças.

De todo modo, as relações encontradas entre a idade da criança e as atitudes maternas de irritabilidade e rejeição, mas não de intrusão, têm grande importância teórica. É possível que a menor demanda pelos cuidados maternos, por parte da criança mais velha, seja responsável por uma redução das atitudes de irritabilidade e rejeição, mesmo em mães cuja função parental venha sendo negligenciada. Pois quando a atuação responsável de uma mãe passa a ser menos requerida, pelo menos no tocante a alguns cuidados de rotina, atenua-se o quadro de negligência, o que permite uma melhor consonância entre as atitudes e as práticas parentais (Festinger, 1957).

Esse mesmo mecanismo pode ser invocado para explicar a falta de relação entre a idade da criança e a atitude intrusiva da mãe. Pois, como indica a literatura (Gralinski & Kopp, 1993; Kuczynski & Kochanska, 1995), com o avanço da idade da criança pré-escolar, há uma menor demanda do controle parental sobre certos cuidados presumivelmente mais desgastantes para uma mãe (ex., cuidados físicos, manejo de objetos). Contudo, o mesmo não ocorre quanto à regulação materna dos comportamentos sociais da criança (Gralinski & Kopp, 1993), que parece estar mais associada à intrusão (Egeland, Pianta & O'Brien, 1993; Patterson, 1995). Novas investigações, preferencialmente empregando a análise de trajetórias (*path analysis*), seriam necessárias para desvendar essas questões ainda obscuras.

Quanto ao efeito do sexo da criança, os dados apresentaram evidência de uma leve tendência para as mães de meninos relatarem mais rejeição do que as mães de meninas. Essa tendência é atenuada uma vez que se leva em conta o efeito da idade da criança, o que sugere certa sobreposição de efeitos. Das atitudes maternas investigadas, só a intrusão materna parece estar consistentemente susceptível a diferenciações baseadas no sexo da criança. Ou seja, a qualquer idade dentro da faixa estudada, as mães dos meninos tendem a ser mais intrusivas do que as mães das meninas, como seria de se esperar em face da maior demanda de controle social pelo sexo masculino, relativo ao sexo feminino (Campbell, 1995; Crowther, Bond & Rolf, 1981).

Os dados indicam ainda que os efeitos do sexo e da idade da criança sobre as atitudes maternas se generalizam para os diferentes níveis sócio-econômicos estudados. Embora, como em estudos anteriores (Holden & Edwards, 1989; Schaefer & Bell, 1958), os resultados apontem para maiores índices de atitudes maternas psicopatogênicas (ou seja, irritabilidade e intrusão) entre as mães de um nível sócio-econômico inferior, a tendência de diferenciação dessas atitudes a partir do sexo e da idade da criança não parece restringir-se a uma camada social específica.

Em suma, as evidências trazidas pelo presente estudo indicam que a idade e o sexo da criança atuam de modo mais ou menos independente na explicação da variância das atitudes maternas de irritabilidade, rejeição e intrusão. Com exceção apenas da rejeição materna, que, além dos efeitos da idade, apresentou uma tendência marginal do efeito do sexo da criança, cada atitude materna parece variar em função do sexo *ou* da idade da criança, mas não de ambos.

Referências

- Bronfenbrenner, U. (1988). Interacting systems in human development. Research paradigms: Present and future. Em N. Bolger, A. Caspi, G. Downey & M. Moorehouse (Orgs.), *Persons in context* (pp. 25-49). New York: Cambridge University Press.
- Campbell, S. B. (1995). Behavior problems in preschool children: A review of recent research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 113-149.
- Crowther, J. H., Bond, L. A. & Rolf, J. E. (1981). The incidence, prevalence, and severity of behavior disorders among preschool-aged children in day care. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 9, 23-42.
- Dodge, K. A. (1990). Nature versus nurture in childhood conduct disorder: It is time to ask a different question. *Developmental Psychology*, 26, 698-701.
- Eckenrode, J., Laird, M. & Doris, J. (1993). School performance and disciplinary problems among abused and neglected children. *Developmental Psychology*, 29, 53-62.
- Egeland, B., Pianta, R. & O'Brien, M. (1993). Maternal intrusiveness in infancy and child maladaptation in early school years. *Development and Psychopathology*, 5, 359-370.
- Egeland, B., Sroufe, A. & Erickson, M. (1983). The developmental consequences of different patterns of maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, 7, 459-469.
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford: Stanford University Press.
- Goodnow, J. J. (1988). Parents' ideas, actions, and feelings: Models and methods from developmental and social psychology. *Child Development*, 59, 286-320.
- Gralinski, J. H. & Kopp, C. B. (1993). Everyday rules for behavior: Mothers' requests to young children. *Developmental Psychology*, 29, 573-584.
- Grusec, J. E. (1994). Social learning theory and developmental psychology: The legacies of Robert Sears and Albert Bandura. Em R. D. Parke, P. A. Ornstein, J. J. Rieser & C. Zahn-Waxler (Orgs.), *A century of Developmental Psychology* (pp. 473-497). Washington, DC: American Psychological Association.
- Grusec, J. E., Hastings, P. & Mammone, N. (1994). Parenting cognitions and relationship schemas. Em J. G. Smetana (Org.), *Beliefs about parenting: Origins and developmental implications* (pp. 5-19). San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Holden, G. W. & Edwards, L. (1989). Parental attitudes toward child rearing: Instruments, issues, and implications. *Psychological Bulletin*, 106, 29-58.
- Kuczynski, L. & Kochanska, G. (1995). Function and content of maternal demands: Developmental significance of early demands for competent action. *Child Development*, 66, 616-628.
- Levy, D. M. (1931). Maternal over-protection and rejection. *Journal of Nervous and Mental Diseases*, 73, 65-77.
- Lytton, H. (1990a). Child and parent effects in boys' conduct disorder: A reinterpretation. *Developmental Psychology*, 26, 683-697.
- Lytton, H. (1990b). Child effects – still unwelcome? Response to Dodge and Wahler. *Developmental Psychology*, 26, 705-709.
- Maccoby, E. (1994). The role of parents in the socialization of children: An historical overview. Em R. D. Parke, P. A. Ornstein, J. J. Rieser & C. Zahn-Waxler (Orgs.), *A century of Developmental Psychology* (pp. 598-615). Washington, DC: American Psychological Association.
- Nogueira, Y. (1988). Atitudes maternas: estudo do PARI (Parental Attitude Research Instrument) em amostra brasileira. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 40, 48-62.
- Paget, K. D. (1997). Child neglect. Em G. G. Bear, K. M. Minke & A. Thomas (Orgs.), *Children's needs II: Development, problems, and alternatives* (pp. 729-740). Bethesda, MD: National Association of School Psychologists.
- Patterson, G. R. (1995). Coercion as a basis for early age of onset for arrest. Em J. McCord (Org.), *Coercion and punishment in long-term perspectives* (pp. 81-105). New York: Cambridge University Press.
- Patterson, G. R., DeBaryshe, B. D. & Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44, 329-335.
- Patterson, G. R., Reid, J. B. & Dishion, T. J. (1992). *A social learning approach: Vol. 4. Antisocial boys*. Eugene, OR: Castalia.
- Pearson, G. H. J. (1931). Some early factors in the formation of personality. *American Journal of Orthopsychiatry*, 1, 284-291.
- Ragozin, A. S., Basham, R. B., Crnic, K. A., Greenberg, M. T. & Robinson, N. M. (1982). Effects of maternal age on parenting role. *Developmental Psychology*, 18, 627-634.
- Rothbaum, F. & Weisz, J. R. (1994). Parental caregiving and child externalizing behavior in nonclinical samples: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 116, 55-74.
- Shaefer, E. S. & Bell, R. Q. (1958). Development of a parental attitude research instrument. *Child Development*, 29, 339-359.
- Sigel, I. E. (1992). Introduction to the first edition. Em I. E. Sigel, A. V. McGillicuddy-DeLisi & J. J. Goodnow (Orgs.), *Parental belief systems: The psychological consequences for children* (2^{ed}, pp. vii-xi). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Wahler, R. (1990). Who is driving the interactions? A commentary on "Child and parent effects in boys' conduct disorder." *Developmental Psychology*, 26, 702-704.
- Zuckerman, M., Ribback, B. B., Monashkin, I. & Norton, Jr., J. A. (1958). Normative data and factor analysis on the parental attitude research instrument. *Journal of Consulting Psychology*, 22, 165-171.

Recebido em 20.10.1999

Primeira revisão em 02.02.2000

Segunda revisão em 11.04.2000

Aceito em 19.05.2000

Sobre os autores:

Ebenézer A. de Oliveira é Teólogo pelo Seminário Presbiteriano do Norte, Recife/PE, e *Bachelor of Science* pelo *Philadelphia College of Bible*. É Mestre em Aconselhamento/Religião pelo *Westminster Theological Seminary* e em Psicologia Escolar pela Universidade de Delaware (EUA). Obteve o *Pb.D.* em *Applied Human Development* pela Universidade de Delaware e é Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. É Pesquisador com bolsa de produtividade do CNPq.

Giana B. Frizzo é acadêmica do Curso de Psicologia da UFSM com Bolsa do PIBIC/CNPq.

Angela H. Marin é acadêmica do Curso de Psicologia da UFSM com Bolsa da FAPERGS.

Anexo A
Subescalas de Irritabilidade, Rejeição do Papel no Lar e Intrusão
do *Parental Attitude Research Instrument*

Toda mãe tem determinados princípios em que ela acredita, ou seja, uma “filosofia” de mãe. Favor assinalar, no espaço entre parênteses, se você concorda ou não com os seguintes itens, na medida que eles representam ou não a sua própria “filosofia” de mãe, conforme a seguinte escala:

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
discordo absolutamente	discordo em parte	não sei bem se concordo ou discordo	concordo em parte	concordo absolutamente

Não há respostas corretas ou erradas. *Na medida do possível*, favor evitar a opção 3 (não sei bem se concordo ou discordo) como resposta. Seja sincera e responda conforme a sua opinião pessoal, sem se importar no que outras pessoas venham a pensar. Favor responder a cada item na seqüência apresentada, sem omitir nenhum deles.

1. Crianças podem irritar qualquer mãe que tenha de estar com elas o dia todo ()
2. Uma das piores coisas no cuidado de casa é que a mulher se sente aprisionada ()
3. Uma mãe deve saber de tudo o que se passa na cabeça de seus filhos ()
4. Há momentos quando uma mãe sente que não pode agüentar seus filhos por mais nenhum minuto ()
5. A mulher que fica com seus filhos quase todo o tempo sente-se como um pássaro com suas asas amarradas ()
6. Uma criança não deveria nunca guardar segredo de seus pais ()
7. Raramente se encontra uma mãe que é doce e meiga com seus filhos quase todo o tempo ()
8. A maioria das mães jovens se incomodam mais por viverem presas dentro de casa do que por qualquer outra coisa ()
9. Uma mãe deve estar sempre alerta para descobrir todos os pensamentos dos seus filhos ()
10. Criar filhos é uma tarefa que arruina os nervos de uma mulher ()
11. Uma das piores coisas sobre a criação de filhos é que a mãe termina não tendo tempo suficiente para cuidar dos seus próprios interesses ()
12. Uma mãe tem o direito de saber tudo o que se passa na vida de seus filhos porque a vida de seus filhos é parte da sua própria vida ()
13. É natural para uma mãe “explodir” de raiva quando os filhos se tornam muito egoístas e demandam muita atenção ()
14. Uma jovem mãe se sente sacrificada porque há muitas outras coisas que ela preferiria estar fazendo enquanto ainda é jovem ()
15. É responsabilidade de uma mãe se manter sempre informada sobre os pensamentos mais íntimos dos seus filhos ()

Nota. Subescala Irritabilidade: itens 1, 4, 7, 10 e 13; subescala Papel no Lar: itens 2, 5, 8, 11 e 14; subescala Intrusão: itens 3, 6, 9, 12 e 15.

Grupo de Pesquisa em Interação Social Desenvolvimento e Psicopatologia

- GIDEP -

O objetivo do GIDEP é produzir conhecimentos para a teoria e prática na área de desenvolvimento e psicopatologia. Em particular, busca-se investigar os fatores socio-emocionais e cognitivos no desenvolvimento normal e atípico dentro do contexto de interações pais-criança, criança-criança, e adolescente-família. O GIDEP está empenhado na qualificação de pesquisadores e profissionais dentro de uma perspectiva interdisciplinar. O GIDEP constitui-se em um dos *Grupos de Pesquisa* do CNPq/UFRGS. Sete teses e 39 dissertações foram defendidas ou estão em orientação no Grupo.

Participantes e linhas de pesquisa

Cesar A. Piccinini (PhD pela University of London): Interação pais-bebê/criança; Apego e temperamento infantil; Estratégias educativas parentais.

Tânia M. Sperb (PhD pela University of London): Interação de crianças; Cultura e desenvolvimento; Narrativas, desenvolvimento e psicopatologia.

Rita Sobreira-Lopes (PhD pela University of London): O desenvolvimento sócio-afetivo no contexto das relações familiares; relações pais-filhos em momentos de transição; Desenvolvimento da autonomia na família.

Participam ainda do grupo um técnico de audiovisual, 07 Doutorandos, 10 Mestrandos, e 09 Bolsistas de Iniciação Científica.

Infra-estrutura do GIDEP: O Grupo mantém o *Laboratório de Observação de Processos Interativos* equipado com sofisticados equipamentos de gravação, digitalização e edição de imagens de vídeo, o que possibilita análises sistemáticas das observações gravadas.

Contatos internacionais e convidados pelo Grupo: Artin Goncu (EUA/1993); Annette Watilon (Bélgica/1997); Jan Valsiner (EUA/1995); Jonathan Tudge (EUA/desde 1994); Marc Bigras (Canadá/1999); Palácio Espasa (Suíça/1997); Stuart Millar (Inglaterra/desde 1996).

Endereço:

GIDEP/CPG Psicologia/UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2600

90035.003, Porto Alegre, RS

Fone: (51) 3309507

Fax: (51) 3304797